

PENSAR A HISTÓRIA: A PERSPECTIVA DE UM HISTORIADOR DAS MENTALIDADES¹

Carlos Guilherme Mota²

RESUMO

Este artigo discute as mudanças ocorridas na Historiografia no que diz respeito às interpretações do Brasil e à ideologia da Cultura brasileira, relacionadas a uma nova etapa histórica que solicita a rediscussão de antigos conceitos. Portanto, questiona em que balizas históricas a Crítica da Cultura pode se orientar, diante de tantos novos paradigmas e da revolução no plano epistemológico de vários campos historiográficos.

Nada mais útil e eficaz que apreender as **passagens** (...). No **processo de mudança da mentalidade coletiva** o que importa é penetrar os momentos de indecisa complexidade. Sérgio Milliet, a propósito do Renascimento.

Quatro Ensaios, 1966

O passado nunca morre; ele nem é passado.

William Faulkner

RESUME

This article discusses the historical transformations and interpretations of Brazil and Brazilian culture, as they relate to a new historical period that demands a review of old concepts. In this sense I explore the historical parameters that guide the critique of culture taking into account new paradigms their intersection with the epistological revolution underway in various camps of historical study.

Keywords: Historical transformations, culture, ideology, revolution

Começemos por indagar na perspectiva do historiador das mentalidades e ideologias: que significado pode ter o **pensar a História**³, hoje, nesta etapa do processo civilizatório que se assiste em nosso país, quando (ainda que não cultivemos uma visão apocalíptica) nos vemos em face senão do colapso, ao menos **a falência de um conjunto de valores científicos, sociais e políticos?** Valores que fundamentavam até há pouco tempo as produções culturais, as reflexões

¹ Inicialmente apresentado como conferência na Academia Brasileira de Letras em 10 de abril de 2012.

² Professor titular de História Contemporânea na FFLCH-USP e de História da Cultura na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

³ Os termos em negrito são de responsabilidade do autor.

político-econômicas e os projetos sociais. E de fato, como alertava Hannah Arendt, há conjunturas em que densos conceitos (como os de democracia e sociedade civil, por exemplo) perdem significado, reduzem-se a formas ocas e abrem espaço para totalitarismos de todos os tipos, inclusive religiosos⁴.

O problema é esse: que resta de nossas antigas noções de Cultura e de História, de nossa **Paideia** ocidental enfim? Referimo-nos à **Paideia**, ou seja, os fundamentos da cultura ocidental, predominante desde a crise de 1929 até a queda do Muro de Berlim, a destruição das Torres Gêmeas de Nova York e a nova crise do capitalismo de 2008 até hoje.

Nesse mesmo diapasão perguntamo-nos hoje, em relação a quais balizas históricas a **Crítica da Cultura**, nova ou velha, pode se orientar? E, mais particularmente, impõe-se aqui indagar sem voluntarismos: após tantas ondas de revisões de “paradigmas”, baseados em quais fundamentos teórico-filosóficos podemos hoje nos orientar para propormos a instauração de uma nova (supostamente nova) **Crítica Historiográfica**, disciplina fundamental, porém abandonada no último meio-século?

O **pensar a História** na etapa atual de nossa vida coletiva impõe algumas reflexões prévias. Partamos do que nos é mais próximo e familiar, a História **no** Brasil. Em seguida, distanciados do equivocado debate nostradâmico sobre o “fim da História”, que consumiu páginas inúteis nas últimas décadas, reconsideremos alguns pontos para meditação sobre os Estudos Históricos em seu sentido mais amplo, universal e contemporâneo. Primeiro, apresentaremos alguns pontos sobre o Brasil, com seus complexos e surpreendentes **níveis de historicidade**, ou mais diretamente:

a. Sobre a natureza desta História, extremamente complexa e marcada por contradições intensas. História com raros momentos de ruptura, problema que já mereceu de historiadores desta Casa estudos de profundidade, a exemplo de Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Alberto da Costa e Silva, Celso Furtado. A estes estudiosos agregam-se as reflexões de não acadêmicos como o pernambucano Evaldo Cabral de Melo ou o sociólogo-historiador paulistano

⁴ ARENDT, Hannah. **Os destinos do Totalitarismo**.

Florestan Fernandes que, em perspectivas em nada coincidentes, procuraram compreender e jogar luzes nos movimentos mais profundos, estruturais, de nossa sociedade.

b. Segundo ponto: **o tema da transição e mudança** na História do Brasil. Particular atenção vem sendo dada à temática da transição, noção algo vaga, embaçada, que se confunde com o próprio conceito de processo histórico. Ora, observada a História do Brasil na *longue durée*, raras foram as transições efetivas, aquelas que significaram **modificações estruturais**, em profundidade, em nosso padrão societário. Raríssimas rupturas, em verdade, em nosso brumoso processo civilizatório. O saudoso José Honório Rodrigues dizia que na História do Brasil nunca houve **rupturas** significativas; ao contrário, nela o que sempre ocorreu foi a vitória da contrarrevolução permanente, como mostrou em seu polêmico “Conciliação e Reforma”.

c. Terceiro ponto. **As tão faladas mudanças de paradigmas.** A despeito das escassas mudanças em profundidade, estruturais, em nossa sociedade **pensar a História hoje** implica em dar-mos conta da **profunda mudança de paradigmas na própria compreensão do que somos**, que vem ocorrendo nas quatro últimas décadas, impondo-se o repensar crítica e interdisciplinarmente esse antiquíssimo campo do conhecimento humano. E reavaliar também o próprio **fazer História** neste dealbar do Terceiro Milênio. Curioso é que, nesse processo de avanço em direção a uma “nova Crítica”, **demandam-se cada vez mais a releitura dos clássicos**, de Machado a Nabuco, de Gilberto Freyre ao citado Sérgio Milliet, minha referência maior.

Nesse patamar em que nos situamos, o da **História das Mentalidades**, **é possível, nada obstante, apontar mudanças significativas no que diz respeito às interpretações do Brasil e à ideologia da Cultura Brasileira. Mudanças ocorreram sim**, se não na prática concreta, ao menos no plano dos diagnósticos e metodologias. **A questão é que a crítica e os diagnósticos frequentemente são de vanguarda, mas a sociedade real ainda se rege por valores remanescentes da sociedade estamental-escravista e da ordem oligárquica da Primeira República e do Estado Novo.**

1. Nada obstante, mudanças positivas ocorrem.

Vejam algumas mudanças **que consideramos significativas**:

1. **Dessacralização do personagem histórico**, sobretudo do “herói na História”. Na terminologia dos cientistas políticos, os “atores” são outros. Por vezes são “atrizes”, pois a questão dos Gêneros está posta para o debate: a voz dominante da Historiografia, pesadamente masculina, abre espaço a outras vozes e temas, sobretudo a voz feminina, com inúmeras historiadoras, mas também personagens, como a da Marquesa de Santos e Tereza Cristina, redescoberta por Nello Avella... Nesse passo, o biografismo adquire nova dimensão, certamente mais rica, por conta também da conversação da História com a Sociologia weberiana (a questão do carisma, por exemplo), com a interpretação marxista e outras, dando novo alento ao estudo das Classes, Estamentos e Castas Sociais, conceitos históricos fundamentais para ultrapassarmos as visões de senso comum nestes tempos de neoliberalismo mental. Mais: o estudo aprofundado dos Movimentos Sociais vem alimentando a Cultura de Resistência e a Contra-História. Enfim, é ampliado o reconhecimento da importância da **crítica ideológica que antecede a análise historiográfica**, como sugerem Eduardo Portella, Antônio Cândido, Alfredo Bosi, Marco Lucchesi, Walnice Galvão, Carlos Fico, Domício Proença, Ronald Polito, entre outros.

2. Vivemos de fato a abertura de uma **nova etapa histórica** desde o colapso da União Soviética e a falência do socialismo real, a Queda do Muro de Berlim, o 11 de setembro, a crise do capitalismo financeiro, e a “emergência” da China, Índia e Brasil (no linguajar de economistas...). Nova etapa histórica, a atual, que solicita a **rediscussão de antigos conceitos**, como os de revolução, Estado, cultura, capitalismo, socialismo, sociedade civil, civilização, cidade, cidadania. E também dos esmaecidos **conceitos de processo, estrutura, sistema, ideologia, discurso** etc. em suas diversas acepções.

Nessa perspectiva, foi marcante o seminário interdisciplinar patrocinado pela UNESCO em 1959 e coordenado por Roger Bastide, sociólogo, sobre Usos e Sentidos do Termo “Estrutura”⁵, com vistas à elaboração de um Dicionário Terminológico das Ciências Sociais. O seminário reuniu, entre outros, Lévi-Strauss (Antropologia), Benveniste (Linguística), Étienne Wolff (Biologia), François Perroux (Economia), Francastel (História da Arte), Lagache (Psicanálise), Lefebvre (Marxismo), Raymond Aron (Ciências Políticas), Lucien Goldmann

⁵ São Paulo : Herder/EDUSP, 1971.

(História da Cultura), Merleau-Ponty (Filosofia), Gurvitch (Sociologia) e Charles Morazé (Estruturas Temporais). Dicionários setoriais já haviam dado conta de vários campos do conhecimento, como os de Lalande e, mais recente, o de Norberto Bobbio, dentro de certa divisão ideológica do trabalho intelectual.

Hoje, porém, o antigo instrumental conceitual, as lentes para enxergarmos a História, demandam *aggiornamento*; a **rediscussão de tudo** após tantas desconstruções e releituras. Como advertiu o historiador português Vitorino Magalhães Godinho, em maio de 2011, a própria noção de capitalismo já não define o que ocorre no mundo contemporâneo: o desafio é o de descobrirmos um novo **conceito analítico** que dê conta do que vivemos. Sobretudo nós, viventes nestas regiões semiperiféricas do Atlântico. Nessa direção é inovadora e útil a obra de Raymond Williams (1922-1988) **Palavras-Chave. Um vocabulário de cultura e sociedade** ⁶, um instigante dicionário histórico-filológico e **transdisciplinar**.

3. Como decorrência, o que há de novo e positivo, é que o estudo da **História das Mentalidades invade todas as disciplinas**, inclusive no campo das Artes, sugerindo outros modos de contagem do tempo e análise das **formas de pensamento**, outras visões das **temporalidades** nos diferentes campos do conhecimento, da Física à Psicologia e da Genética à História. Trazendo a necessidade de reconsideração das **historicidades** dos fatos e valores sociais, econômicos, políticos, religiosos, culturais, psicológicos, científicos, e assim por diante. Complexas no caso do Brasil são, por exemplo, as batidas e fugazes noções (menos que conceitos...) de “sociedade civil” e de “cidadania”, superiormente estudadas por Faoro: terão de fato vigência neste país?⁷

Vivemos uma profunda revolução no plano epistemológico, que nos obriga a repensar as noções de Cultura, de História, de Tempo, matérias-primas do historiador e, mais amplamente, do novo e embaraçoso papel do **intelectual**, que era o artesão da memória por excelência. **Era**, até um passado recente, pois a própria ideia da missão dos intelectuais vem sendo erodida, solapada, dessacralizada. Neste embate, não estamos sós, pois a própria Universidade vem sendo

⁶ São Paulo: Boitempo, 2007.

⁷ **Existe um pensamento político no Brasil?** Perguntava Faoro em 1986 na conferência de abertura de nosso Instituto de Estudos Avançados da USP, publicada no nº1 da revista **Estudos Avançados**. Acho difícil. Serão tais conceitos “ideias fora do lugar”, como propôs Roberto Schwarz, ou o lugar é que está fora do mundo?

posta fora do jogo, como denuncia Russell Jacoby em seu inquietante livro “Os Últimos Intelectuais”⁸.

É nessa reflexão que deve ser reforçada a ponte sólida entre História e Literatura, aqui incluída a revalorização da antiga Filologia (disciplina-irmã da História), como também das Ciências Sociais. Até porque é disseminada mais que nunca, a transdisciplinarmente, o conceito de **historicidade** no campo da criação literária e da produção do conhecimento em geral, sem nos esquecermos de que a História **também** é um gênero literário, e dos mais antigos.

Desconstrução e História: Aqui entramos em uma vereda difícil. Pois é necessário que se diga que os **desconstrutores** das últimas décadas tiveram um papel importante na revisão de conceitos e interpretações do que “era” **texto, discurso, análise, disciplina, crítica ideológica, semântica** e assim por diante. Invadiram todas as áreas do conhecimento e por vezes “descobriram a pólvora” ao revelarem, em suas novas “leituras”, “novidades” que a Filologia Histórica e a Filosofia já haviam desvendado há séculos. Mas, também, ajudaram a implodir noções viciadas e cristalizadas, como as de saúde, sexualidade, loucura, poder, política, processo, fato histórico, economia etc. Como resultado e visto em perspectiva, constituíram a vanguarda guerrilheira no advento da nova era tecnológica, preparando (para o bem e para o mal) o caminho para a cultura digital.

O problema é que, se foram eficazes no desmontar dos discursos de uma época (os discursos liberal, marxista, estruturalista, neopositivista etc.), se foram sutis ao lamuriarem sobre a melancolia e desencantamento (Lepenes), e desanimados ao evocarem as “ilusões perdidas”, ao fim e ao cabo fracassaram, ou fizeram um trabalho que, dessa forma, qualificaremos como

⁸Mais otimista, Claudio Magris, crítico desta civilização da frivolidade, do espetáculo, da desconstrução e apagamento da memória que nos sufoca, crê que a Literatura ajuda sim as pessoas a viver, **e pode mudar a História**⁸. Ou como disse Vargas Llosa sobre seu brilhante livro **O Danúbio**: Magris, nascido em Trieste e portanto especialista em **fronteiras de civilizações**, vai “contra a tendência dominante em nosso tempo de autópsia filológica ou desconstrução linguística de um texto separado de seu referente real”. Ao contrário, busca ele uma “aproximação à realidade histórica e social através das visões que dela nos dá da criação literária em seu cotejo com as que as ciências sociais nos propõem”. Enfim, a Literatura não se remete apenas a si mesma, mas é, ainda nas palavras de Vargas Llosa, uma “maneira privilegiada e excelsa” de viver, ajudando a “saber o que se vive e para que se vive: pois na vida há hierarquias, valores e desvalores, opções a defender e criticar e combater, como por exemplo as fronteiras”. (El País, *Babelia*, 13-12-2009, p. 27). [Esta palestra já estava escrita quando tomei conhecimento do número 186 da revista **Tempo Brasileiro** (julho-setembro de 2011, dedicado a Claudio Magris)].

incompleto⁹, pois não deixaram sinalizadas as rotas para a construção de pistas de decolagem de um **pensamento novo, de uma *scienza nuova***.

Que fim levaram os intelectuais?

Recentemente, a chamada de capa do *Babelia*, suplemento de Cultura do *El País*, lançava a pergunta: “Que fim levaram os intelectuais?”. A questão está posta: seremos os **últimos abencerrages?**

Hoje, mais perturbadora é a mudança verificada no plano das tecnologias da comunicação. Na quadra atual, seu impacto se faz sentir precisamente nesse velho conceito de *tempo*, “matéria da qual somos feitos” (segundo Jorge Luís Borges), conceito que se evapora nesta sociedade de massas, deixando poucos vestígios para os profissionais da antiga signação. Ora, o **conceito central cultivado pelos historiadores** era (*e é!*) justamente o de **historicidade**, conceito que se funda intrinsecamente na ideia de **tempo**, em seus desdobramentos e implicações (duração, processo etc.). Dada a supremacia da **cultura digital** (choca-nos a heroicização algo ingênua de Steve Jobs), imposta como referência absoluta e irreversível. O presente “aparece” dominado, domesticado e desidratado: num mesmo passo, presentifica-se também o passado e o futuro se cristaliza no presente. Pura ideologia, a da “geleia geral” eletrônica, pós-moderna e globalizada. Utopia por fim realizada do lugar nenhum, do não-lugar. Ou seja: a vitória da ideologia sobre a Utopia. Adeus Mannheim?...

No plano da **História Contemporânea das Mentalidades** a consequência é o nivelamento dos valores, a eliminação do que é relevante, a banalização da reflexão aprofundada. O aplastamento da inteligência, enfim. Economiza-se tempo com os computadores, celulares, *blackberrys*, *ipads* e *ipods*, mas perde-se o precioso **tempo da reflexão** (para não falar do impacto de tecnologias avançadas em países subdesenvolvidos sem preparo educacional prévio). Ou seja, visto o processo “do alto” é deixado o campo limpo para a implantação “democrática” da cultura do *marketing*, que alimenta a sociedade do espetáculo e do consumo, tanto nos currais

⁹Documento desta época, a produção do conhecido diretor de cinema contemporâneo, Woody Allen, ilustra o que desejo assinalar. Obsedado com a temática da memória, em especial no seu filme *Desconstruindo Harry* (1997), o personagem central é desfocado, logo desconstruído, apagado como qualquer súdito-contribuinte brasileiro (...), em um processo que já não cabe falar em “herói da história” ou, como gostam de dizer os cientistas políticos, em “atores” etc. Enfim, tudo muito longe dos tempos em que o cinema de Hollywood nos impunha **Ben-Hur** ou **Sansão e Dalila**, ou os *westerns* com John Wayne. Sintoma positivo desta nova época é a vaga de documentários que vêm sendo produzidos, como os de Nelson Pereira dos Santos.

eleitorais eletrônicos, como nos aglomerados de religião massificada e no recôndito das universidades, academias, institutos de pesquisa e das escolas.

O que não pode ir para o ralo é todo o instrumental conceitual que sustentava a “cultura antiga” humanística até a entrada do século XXI, em que as noções de processo (histórico), de estrutura, de sistema, de ideologia, de classes sociais, de crítica e de Sociologia da Cultura tinham vigência. Agonicamente, podemos correr o risco de derrapar ao tentarmos utilizar o antigo instrumental, que aguarda **atualização**... Exemplo? O conceito de Cidade solicita o de **Anticidade** (como é o caso de São Paulo, anticidade desvairada). Anticidade ou **cidade-pânico** (Paulo Virilio)¹⁰.

4. Outro ponto, agora positivo: vivemos, felizmente, em um período posterior à hegemonia da História Econômica e da Demografia Histórica *stricto sensu*, em que se assistiu no Brasil ao “milagre econômico”, naqueles anos mais esquecíveis da ditadura. Outra Historiografia nasceu com Celso Furtado, notável precursor que inaugurou uma História Econômica mobilizadora, a serviço de reformas estruturais para o País, apontando já na direção de seu belo livro “O longo amanhecer”. Em outra chave, Caio Prado Júnior revelara os mecanismos recorrentes da transação (“arranjo”, dizia) em nossa História, mostrando-nos o surgimento, já na Colônia, de imensa massa de desqualificados, expressão triste de nosso **atraso**.

5. Na atualidade, vivemos também o esgotamento da antiga História Política tradicional. De Afonso Arinos e Boris Fausto a José Murilo de Carvalho (“A cidadania no Brasil”, uma análise radical) assiste-se a uma reconceituação e aprofundamento da noção de História e de Política, com nutrido diálogo multidisciplinar centrado na História *latu sensu*.

II - A implosão e renovação da disciplina histórica

¹⁰Mas nem tudo é negativo. Um sinal de mudança dos tempos é a recente consagração, pelo Oscar, de um filme que é o elogio, em branco e preto, do **discurso mudo**, *O Artista*, um alerta candente e paradoxal contra a hiper-utilização de tecnologias presentificadoras e desistoricizantes. Tecnologias que, com a correspondente **ideologia autojustificadora da cultura de massas**, oferecem ao consumidor a sensação de comunicação farta e “universal”, sufocando porém, cada dia mais, a comparativamente apequenada produção e consumo de signos, símbolos e valores da cultura “antiga”. (Cultura “antiga” aqui entendida como um amplo sistema idelógico-cultural e científico que abrange *grosso modo* o período que, no Ocidente, vem da Ilustração até o fim do século XX).

Um novo período abre-se, pois na História da Historiografia, para o qual ainda não se tem um rótulo, um título. Pois as historiografias liberal, marxista, historicista, neopositivista, funcionalista, neoliberal e outras perderam seus estatutos epistemológicos consolidados entre 1850 e 1970, aproximadamente. Desidrataram-se suas bases e suas certezas teóricas. Alguns dados permitem sinalizar nos Estudos Históricos essa longa transição de mudanças de referencial e de embasamento teórico, a saber:

Noções há que vêm sendo abandonadas de vez, não de agora, como as de “influência”, “reflexo”, “raça”, “comunidade”, de “caráter nacional” (recordando aqui a crítica precursora de Dante Moreira Leite), de “sujeito” etc.

A ideia de “influência”, que eram recorridas em inúmeras “explicações” históricas, foi demolida na teoria por Gaston Bachelard (1884-1962) que aceitando quase todas as ideias de Bergson, menos a de continuidade, descobriu em “O Novo Espírito Científico” (1934) as tais “rupturas epistemológicas”. Importante, nessa linha, é sua “Dialética da Duração” (1950), sobre duração e causalidade intelectuais¹¹.

Mais tarde, Michel Foucault volta-se para a História, instrumentaliza a psicanálise, descobre Febvre e os caminhos da loucura na Idade Moderna, abrindo o foco historiográfico e logo os da sexualidade, em seguida o da microfísica do poder etc. Com maior rigor, o inglês Quentin Skinner, autor do clássico “As Fundações do Pensamento Político Moderno” (1978), indicou as direções metodológicas para a pesquisa histórica sobre o pensamento. Nada de “influências”, como se vê, pois se descobre quão difícil é a arte de “pensar o pensado”, como notou Machado de Assis, na Teoria do medalhão.

Outra noção equivocada é a de “reflexo”, muito utilizada em certa época pelos marxistas dogmáticos. Ela também implodiu (superestrutura como “reflexo” da infraestrutura etc.). Em 1946, foi um grande marxista inglês Maurice Dobb (1900 -1976) quem revelou as vias de passagem do Feudalismo ao Capitalismo em análise clássica, sofisticada, isenta de mecanicismos no *Studies on the Development of Capitalism*, mal traduzido por A Evolução do Capitalismo. Nosso contemporâneo Eric J. Hobsbawm recém-falecido, marxista *light* e amante do jazz, tampouco nada tem de esquemático. Hobsbawm instiga: “Marx dizia que na História as

¹¹ “O tempo pensado ganha, então prioridade sobre o tempo vivido e a dialética das razões de hesitação se transformam numa dialética temporal” (São Paulo : Editora Ática, 1988, p. 70).

coisas ocorrem na primeira vez como tragédia e, na segunda, como farsa; mas há um padrão pior, pois às vezes após a tragédia nada mais ocorre...”¹².

III - Na lenta História da Historiografia: mudanças e ruptura.

Um lento processo de descoberta das **diferentes temporalidades** ocorreu, variando conforme os níveis da realidade, ao longo da primeira metade do século XX. Citamos muito os franceses, esquecendo-nos das obras do holandês Johan Huizinga (1872-1945), *O Outono da Idade Média* (1919), autor também de *Homo Ludens* (1938) e da conhecida biografia de Erasmo de Roterdã. Mas é no clássico “*Outono da Idade Média*” que trata ele das sensibilidades, de estilos de vida e arte, e do prenúncio do Renascimento: um notável precursor da chamada “Nova” História (uma expressão equivocada, de resto).

Maior repercussão teve a obra de Lucien Febvre (1878-1956). Ele, juntamente com Marc Bloch, reuniu em Paris um brilhante grupo de pesquisadores em torno da revista *Les Annales*, descobrindo e pondo em prática a **interdisciplinaridade**.¹³ O **tempo revisitado** por esse contemporâneo de Einstein, Freud e Picasso desponta junto com o novo pensamento científico-cultural mundial. Com efeito, no período de Entre-Guerras formaram-se as mentes dos filósofos e cientistas sociais que forjaram as **matrizes do pensamento** contemporâneo, a nossa “contemporaneidade”, como Febvre, Merleau-Ponty e Mannheim.

O alemão Karl Mannheim fundou a Sociologia da Cultura, denunciando o principal problema intelectual do período no pós-guerra: a “carência de resistência mental” para fazer frente à cultura massificada. O autor de “*Ideologia e Utopia*” merece nova leitura neste País de “miséria farta”, segundo a expressão ácida de Anísio Teixeira.

¹² “Marx somewhere says that history repeats itself, occurring first as tragedy, then as farce, but there is a more sinister pattern of repetition: **first tragedy, then despair**”. Eric J. Hobsbawm, “Intellectual and the class struggle”. In: *Revolutionaries* (Nova York: Pantheon Books, 1973, p. 251)

¹³ Ver nosso ensaio “Uma trajetória: Lucien Febvre”, apresentação da coletânea de estudos desse historiador em **Febvre**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, dir. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1978. Para esse grupo, “fazer História” era decisivo: Febvre e o então jovem François Crouzet esforçaram-se na divulgação de uma História **nacional** no pós-guerra, depois do assassinato de Marc Bloch e tantos outros perseguidos pelos nazistas. Cf. L. Febvre e F. Crouzet. *Nous sommes des sangs-mêlés. Manuel d’histoire de la civilisation française*. Apresentação de Denis e Élisabeth Crouzet. Paris: Albin Michel, 2012. (Trata-se de manuscrito de 1950, recém-encontrado). Note-se que Febvre, Braudel e Marc Bloch, presos durante um bom tempo, destacaram-se na luta contra o nazismo, este último, judeu, tendo sido fuzilado.

Para a renovação da Historiografia, também Braudel foi decisivo com a pesquisa sobre as temporalidades em História: a chave está na impactante Introdução do *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949). Ele pavimentou o caminho para a compreensão da História **profunda** como substrato da História de **superfície** e abriu o diálogo entre História, Ciências Sociais e outras disciplinas do campo científico em geral. Sua visão de mundo está sintetizada na Gramática das Civilizações¹⁴.

Naquele contexto, aprofundaram-se os estudos sobre as **Histórias das Civilizações**. De fato, na passagem dos anos 50 para os 60, reafirma-se a **História das Civilizações**, porém em novas bases transdisciplinares, quando se aprofundam pesquisas no campo da **História das Mentalidades**, inaugurada por Febvre, que, aliás, andou por São Paulo, Rio, Tietê (nesta cidade do Interior ele foi guiado por Antônio Cândido) “Os quadros mentais são prisões de longa duração” (escreve então Braudel, seu discípulo dileto). Em novas bases, ganham força os estudos de **ideologias** culturais, políticas, econômicas, jurídicas, religiosas (a religião de Rabelais, na obra-mestra de Febvre), a temática das identidades culturais e nacionais no pós-guerra.

Note-se também que a *Cambridge Modern History* teve papel renovador nos anos 60, ao lado da “História Geral das Civilizações” (coord. de Maurice Crouzet), da eruditíssima coleção *Clio* (da qual, mais tarde, brotaria a divulgadíssima *Nouvelle Clio*), da *Peuples et Civilisations*, da “História das Relações Internacionais” (Renouvin), da coleção de História das Ciências (coord. de Alexandre Koyré), da História das Religiões (coord. por Mircea Éliade) etc. Mais recentemente, também a inovadora *Cambridge History of Latin America* (coord. por Leslie Bethel).

IV - Em busca de um novo passado: dos 60 para os 70.

Paralelamente, ao revisionismo na Europa (ao qual, guardadas as proporções, correspondeu no Brasil o “revisionismo historiográfico”, encetado por José Honório), uma profunda revisão historiográfica ocorria também nos Estados Unidos, como se constata na

¹⁴ Braudel foi um dos principais responsáveis pelo acolhimento e difusão das obras de Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior na França e na Europa. Além das longas resenhas das obras desses historiadores na revista *Annales*, escreveu a bela introdução à de Freyre, *Padroni e Schiavi. La Formazione della famiglia brasiliana in regime di economia patriarcale* (Roma: Einaudi Editore, 1962).

impactante coletânea *Towards a New Past: Dissenting Essays in American History*, coordenada por Barton J. Bernstein (Nova York, Randon House, 1968), da qual participaram Christopher Lasch, o próprio Bernstein e Eugene Genovese (este, com interpretações marxistas do escravismo sulista, em que toma como modelo os trabalhos de Caio Prado Júnior, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, para o Brasil). Genovese, como é sabido, publicou depois *The World the Slaveholders Made*, sobre o sul dos EUA, inspirado em Gilberto Freyre¹⁵...

Pouco depois, em 1972, surge outra coletânea de impacto, *Historical Studies Today* (Nova York, W.W.Norton & Company, publicada simultaneamente no Canadá), coordenada por Felix Gilbert e Stephen R. Graubard, reunindo 20 historiadores revisionistas, dentre os quais Hobsbawm (*From social history to the history of society*), François Furet (*Quantitative History*), Le Roy Ladurie (idem), Felix Gilbert (sobre História intelectual), Jacques Le Goff (sobre Política e História), Arthur Schelsinger Jr. (*The Historian as participant*), Robert Darnton (ler e escrever no século XVIII) e Thomas Kuhn (relações entre História e História da Ciência).

1- Da interdisciplinaridade

Desse modo, no último meio século, **centrada na História**, a **interdisciplinaridade** ganha terreno e se aprofunda na interlocução com a Antropologia (Carlo Ginzburg, Roberto DaMatta, Ruth Cardoso), com a Linguística (Régine Robin, Haqira Okasabe), com a Sociologia Urbana (Barbara Freitag, em seus estudos sobre Mazagão e as intinerâncias urbanas), com a Geografia (Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Ab'Saber), com a Política Econômica (Fernando A. Novais), com o teatro (Sábato Magaldi), com a Literatura (Sérgio Paulo Rouanet em seu *Rétif de la Bretonne*, Bosi, Nélide Piñon e tantos mais), com o Direito (A. M. Hespanha, Faoro, Lafer, Falcão, Venâncio), mas também na esfera do Cinema (Marc Ferro, Nelson Pereira dos Santos) e do jornalismo (Alberto Dines, Elio Gaspari, Paulo Markun e agora Merval Pereira) etc. Ainda sem preocupação com arrolamentos, notamos também que a interdisciplinaridade abrange, obviamente, vastos campos de outras áreas do conhecimento científico-cultural e artístico. De tal modo que, nos estudos de História, a própria noção de *discurso* foi ampliada,

¹⁵ Devo ao historiador Michael Hall, um pesquisador de vanguarda, a indicação dessas obras tão inovadoras, naqueles tempos de obscurantismo e fechamento.

sobretudo com recurso à Linguística. O que é “texto” afinal, que se submete docilmente a “leituras”?

O crítico Eduardo Portella pontuou a questão em 2006, ao dizer que “a interdisciplinaridade é “outra” leitura do real, a leitura que permite o fácil acesso ao outro. É nesse movimento tenso onde se desdobra uma trama reveladora: a realidade organiza o pensamento que a organiza. **Cada disciplina é mais que uma disciplina**”¹⁶.

Enfim, assistimos no último período à implosão do Historicismo, do Marxismo dogmático, do Liberalismo historiográfico, do Quantitativismo, do Psicologismo, do Neopositivismo e outros “ismos”. Está claro, **porém, que desses modos de pensar e fazer a História persistem remanescências e vícios mentais**. Afinal vale reafirmar, “os quadros mentais são prisões de longa duração”, como dizia Braudel.

Digamos que releituras sobre as **estruturas temporais** e a **História** vêm sendo realizadas no pensamento de Marx, já agora considerando os encontros e desencontros entre os “estamentos pretéritos e classes futuras”, e modos de produção opostos ou superpostos... Do mesmo modo, revisita-se a noção de Tempo no pensamento de Max Weber, de Adorno e os outros participantes da Escola de Frankfurt...

A grande descoberta do Marxismo, e depois da *École des Annales*, foi a de considerar os **acontecimentos** como expressão de **estruturas** em movimento. A paz (sempre provisória em Historiografia...) se verificou em um encontro marcante realizado na École Normale de Saint-Cloud, em maio de 1965, coordenado pelo venerando Ernest Labrousse e publicado em *L'Histoire Sociale. Sources et Méthodes*¹⁷. Uma tentativa de paz, apenas...

O encontro foi aberto por Albert Soboul, com a conferência Descrição e medida em História Social. Soboul representava a visão marxista, agora *assouplie* após sua pesquisa monumental sobre os *sans-culottes* durante a Revolução Francesa, em confronto e aproximação com as outras visões, como a “liberal”, a neopositivista dos demógrafos, a da Sorbonne e a da Escola dos *Annales*. Importante foi a pontuação de Labrousse, chamando a atenção para a necessidade de estudos sobre “as relações entre o social e as representações coletivas do social e do mental” e sobre a “História das tomadas de consciência” (pp. 4 e 292), como, aliás, Sérgio

¹⁶ **Tempo Brasileiro**, RJ, 164:159/162, jan.-março, 2006, p. 160.

¹⁷ Paris, PUF, 1967.

Milliet o fazia no Brasil. Labrousse, historiador minucioso, quantitativista e socialista, que descobrira ter sido o 14 de julho de 1789 o dia em que o preço do pão atingiu seu ponto mais alto em Paris...

Não sem escaramuças, a “paz” de Saint-Cloud duraria um tempo, até os preparativos para as celebrações do Bicentenário da Revolução Francesa, com o “exército” de François Furet, remanescentes do braudelismo, de um lado, contra as “brigadas” da Sorbonne, de outro, sob o comando de Michel Vovelle, na tradição de Jaurès, Mathiez, Soboul (a linhagem jacobina, enfim)¹⁸.

Recordemos que o início dos anos 60 foi marcado pela euforia com a “descoberta” da interdisciplinaridade, que levou Lucien Goldmann, o autor de *Dieu Caché* e de *Sciences Humaines et Philosophie*, a repetir que “não há história que não seja sociológica; não há sociologia que não seja histórica”, que se tornou lema no combate a velhas concepções do fazer e pensar a História. **Tal atitude positiva e inicialmente inovadora nas pesquisas trans e interdisciplinares, exacerbada, deu lugar, porém, a um modismo por vezes esvaziador das disciplinas, alimentado por especialistas em generalidades simplificadoras, o que a certa altura levou à reação, por parte de alguns intelectuais como Eduardo Portella, de revalorização da disciplina, cada uma com seus métodos e técnicas próprios.** Afinal, para ocorrer a interdisciplinaridade, necessário se torna que os pesquisadores dominem (muito bem) quando menos duas disciplinas do conhecimento, para não perderem o sentido das coisas e da proposta...

IV - Hora de concluir: pensar a História, pensar o Brasil

“Temporizemos”. Murilo Mendes

¹⁸ Sobre os bastidores desse desencontro marcante, ver o esclarecedor livro de Olivier Bétourné e Aglaia L Hartig, *Penser l'Histoire de la Révolution. Deux siècles de passion Française*. Paris: La Découverte, 1989. Vale recordar que o historiador econômico marxista dos *Annales*, Pierre Vilar, especialista da Catalunha, perguntava se não seria possível fazer uma História quantitativa sobre as produções do espírito para, por exemplo, assinalar em que momento da conjuntura econômica surgiu no imaginário espanhol a figura do Quixote. Cf. *El tiempo del Quijote*, em *Crecimiento y Desarrollo*. Barcelona: Editorial Ariel, 1964. Vilar adverte: “Demasiados pensamientos en fuga ante la historia hacen hoy de la historia del pensamiento ‘una serie discontinua de totalidades singulares’” (p.332). Algumas formas de pensamento girondinas e jacobinas parecem ainda aflorar aqui e ali. Em São Paulo, nos meados dos anos 90, o historiador e jurista Faoro reagiu ao ser saudado na USP como representante da tradição jacobina: “Não se iludam, respondeu com ironia, pois se eu pudesse ter participado da Convenção republicana, gostaria de ter-me sentado entre os girondinos Condorcet e Thomas Paine”.

O tema maior, central, para pensarmos o conceito de História hoje, em nosso País, implica em parar para refletir sobre a noção de Tempo e perceber as **diferentes temporalidades** em nossas culturas, ou melhor, **as ideias de Tempo refratadas nas ideologias culturais no Brasil**. Foi Nélide Piñon quem advertiu, no ano 2000, na Cidade do México:

Qualquer cultura, proveniente de países de reduzida autoestima política e social, é presa fácil das culturas de exportação, constituídas de falsa, faustosa e assimilável modernidade. E que se apresentam, frente ao usuário da cultura periférica, com estrondoso aparato percuciente, impondo-lhe, como consequência, o sentimento de obsolescência e do anacronismo¹⁹.

Nélide denuncia a “falsa, faustosa e assimilável modernidade” que, por vezes, nos obriga a correr atrás da moda, esquecidos da lição de Milton Santos, que sempre alertava seus alunos para não confundirem o modo com a moda. Mais simplesmente, sugerimos que a “nossa revolução cultural” tenha como pedra-de-toque a necessidade de passarmos, nós intelectuais, com certa responsabilidade, da atual cultura estressante do **timing** dos executivos apressados à cultura do **andamento** humanístico velho de guerra.

No caso do Brasil, o sentido da História, em perspectiva transdisciplinar, foi aprofundado - por exemplo - por Florestan Fernandes, sociólogo, historiador e antropólogo, ao reconceituar a natureza do capitalismo na América Latina (Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina, 1969) e a inaugurar, do mesmo modo que Alberto da Costa e Silva (embora em outra chave), uma nova Historiografia da escravidão e do negro, prolongada no estudo sobre as ambiguidades do processo de sua integração na sociedade de classes. “A África nos civilizou”, ensinou Alberto da Costa e Silva.

O fato é que havia já o ensaísmo bem-sucedido. Ensaísmo por definição interdisciplinar, embora sem dizê-lo nem rufar tambores. No Brasil, a nova História fora descoberta na prática da pesquisa e do **ensaio**, sem manuais de metodologia, embora com fortes inspirações, modelos, fontes e conexões externas. Na virada do século XIX para o século XX e até os anos 40, redescobriu-se e se reinterpreto o Brasil com Lima Barreto e Euclides, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Drummond, Sérgio Buarque, Caio Prado Júnior, Afonso Arinos e outros, o conceito de **tempo variando**, segundo cada um deles.

¹⁹ Em *O Mapa da Arte Ibero-Americana*, in **O Presumível Coração da América**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.p. 226. No I Encontro do Fórum Ibero-Americano, e organizado por Carlos Fuentes e Ricardo Esteves.

Entretanto, o precursor do brilhante grupo-geração dos anos 30, Freyre-Buarque-Prado, tão celebrado, foi Paulo Prado (1869-1943), com seu “Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza Brasileira”, como acentua Carlos Augusto Calil, em reedição crítica recente sob sua responsabilidade²⁰. Notamos, porém, que densas e sutis noções de **historicidade** já estavam em Machado, Lima Barreto, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato (As Cidades Mortas) e até no esquecido Amadeu Amaral²¹.

Hoje, em que o **historiador-artesão** já sofre por ver-se transformado em **homem público numa sociedade tão marcada por injustiças**, tem ainda pela frente um maior desafio, que é o de saber como a utilização de novas técnicas oferecidas pela **cultura digital, transdisciplinar por excelência**, poderá ser combinada com seus antigos métodos e valores. De todo modo, a História se faz com documentos, conforme o velho lema positivista e historicista. Nos dias que fluem, sabemos que tal **leitura** de documentos constitui, definitivamente, trabalho multi e transdisciplinar. E que, nada obstante, para a **construção de uma Teoria da História**, o melhor especialista ainda é o antigo **artesão historiador**, pois é ele quem indaga e formula os **problemas**, com perspectiva mais abrangente, enquanto o **historiógrafo moderno**, seu cúmplice, sabe que **o problema é a História do problema...**

Para concluir. Ainda está para ser sistematizada essa **História intelectual e das mentalidades** que, percorrendo dos grandes centros às províncias mais remotas, mostre a fermentação político-ideológica regional, as pulsações locais e a produção de cada época. Nela forjaram-se **matrizes de pensamento** que presidem o “fazer história” - e o pensar a História - até os dias presentes. À esquerda, mas também à direita, que, metamorfoseada, “modernizada” (aspas necessárias) e com poderosos e sofisticados **mecanismos de apagamento da memória coletiva** mais crítica e empenhada, continuam bem vivas em nosso País²².

²⁰10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, com substancial Introdução do organizador. Na fortuna crítica, inclui-se o ensaio *Paulo Prado, o Tomaso de Lampedusa Brasileiro* (pp. 223-228), de minha autoria, ao lado de outros críticos.

²¹ O pouco estudado Amadeu Amaral (1875-1929) escreveu, no prefácio do **Memorial de um Passageiro de Bonde**, estas palavras: “As coisas da vida surgem por si mesmas, sem prefácios nem explicações e, no entanto, conseguem perfeitamente o fim de todas as coisas: passam! Pois façamos de conta que este prefácio já passou!”... Como esta conferência.

²² Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota, **História do Brasil. Uma Interpretação** (São Paulo: Editora Senac, 2008, 2ª edição, p. 712. Prefácio de Alberto da Costa e Silva)